

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca das normas gerais de circulação e conduta e dos limites de velocidade previstos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei n.º 9.503/1997, julgue os itens a seguir.

- 51 Em via de duplo sentido e pista única, a ultrapassagem pela contramão sobre ponte não configura infração gravíssima caso o eixo da pista seja demarcado por linha simples seccionada amarela.
- 52 É admitida a frenagem brusca quando um pedestre entra repentinamente na pista e a manobra é necessária para evitar seu atropelamento.
- 53 A ultrapassagem pela direita não é permitida, mesmo quando o veículo que estiver à frente sinalizar o propósito de entrar à esquerda.
- 54 Considere que, durante atendimento de urgência, uma ambulância trafegue com a iluminação intermitente acionada, mas com o alarme sonoro desligado. Nesse caso, por estar em efetiva prestação de serviço, a ambulância pode, de acordo com o CTB, exercer a prioridade de passagem e a prerrogativa de livre circulação.
- 55 Embora seja determinada pelo CTB a velocidade máxima de 60 km/h nas vias arteriais em que não haja sinalização regulamentadora, o órgão de trânsito com circunscrição sobre uma via arterial poderá regulamentar, por meio de sinalização, velocidade máxima de 50 km/h.

Acerca das infrações de trânsito, das penalidades e das medidas administrativas previstas no CTB, julgue os itens a seguir.

- 56 Transportar criança em veículo automotor sem observar as normas especiais de segurança constitui infração gravíssima, punida com multa e remoção do veículo a depósito.
- 57 Dirigir veículo sem possuir carteira nacional de habilitação (CNH) ou permissão para dirigir (PPD), bem como dirigi-lo com CNH ou PPD de categoria diferente da exigida, constituem infrações gravíssimas, punidas, respectivamente, com multa triplicada e duplicada.
- 58 Suponha que, em via arterial urbana sem sinalização regulamentadora, um condutor trafegue a 25 km/h pela faixa central, retardando o trânsito, sem que as condições de tráfego ou meteorológicas justifiquem a baixa velocidade. Nessa situação, o condutor comete infração média, sujeita à penalidade de multa.
- 59 Se um condutor, penalizado por infração leve há dez meses, cometer uma infração média passível de multa, ele deverá receber advertência por escrito.
- 60 O recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual e a remoção do veículo integram o rol de penalidades que a autoridade de trânsito pode aplicar em decorrência das infrações previstas no CTB.
- 61 Se a falha que motivou a retenção de um veículo não puder ser sanada no local, o agente deverá remover o veículo ao depósito, mesmo se ele oferecer condições de segurança e houver condutor regularmente habilitado para recebê-lo.

Acerca do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e das competências de seus órgãos e entidades, julgue os itens a seguir.

- 62 Suponha que, após sinistro em rodovia federal, o socorro e o salvamento das vítimas tenham sido realizados pelo corpo de bombeiros. Nesse caso, compete à Polícia Rodoviária Federal efetuar o levantamento dos serviços prestados às vítimas no local do sinistro.
- 63 A competência fiscalizatória de trânsito é concorrente entre estados e municípios, de modo que o órgão executivo de trânsito estadual pode, mesmo sem convênio com o município, autuar e aplicar penalidade por excesso de velocidade em via sob circunscrição municipal.
- 64 Está de acordo com o CTB a atuação concomitante, na fiscalização de trânsito, dos agentes de trânsito do órgão municipal e dos policiais militares estaduais, desde que estes atuem nos termos de convênio firmado.
- 65 A vistoria de veículos que necessitem de autorização especial para transitar é competência privativa dos órgãos executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição.

A respeito dos crimes de trânsito previstos no Código de Trânsito Brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 66 Considere que um condutor, após causar sinistro de trânsito com vítima, tenha acionado imediatamente o serviço de emergência e prestado toda a assistência possível até a chegada da equipe médica. Nessa situação, embora o condutor possa responder criminalmente pelo fato, não se imporá a ele prisão em flagrante nem se exigirá fiança.
- 67 Dirigir veículo automotor com a CNH vencida há 45 dias configura crime de trânsito.

Com base na Resolução CONTRAN n.º 882/2021, que estabelece os limites de pesos e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres, julgue os itens a seguir.

- 68 A Combinação de Veículos para Transporte de Carga (CVC) deverá apresentar a informação de seu limite de velocidade na parte traseira da unidade tratora, conforme as especificações previstas na referida resolução.
- 69 A autorização especial de trânsito (AET) poderá ser concedida quando a carga do veículo não atender aos limites de dimensões exigidos pela referida resolução.
- 70 Havendo divergência entre o limite técnico estabelecido pelo fabricante e o limite regulamentar aplicável ao veículo, deverá prevalecer o maior deles, de forma a maximizar a capacidade de transporte.
- 71 Ao requerer a concessão da autorização especial de trânsito (AET), o interessado deverá apresentar, preliminarmente, projeto técnico da Combinação de Veículos para Transporte de Carga (CVC), devidamente assinado por profissional de engenharia qualificado e legalmente habilitado, responsável pelas condições de estabilidade e de segurança operacional da combinação.
- 72 O peso bruto total (PBT) corresponde ao peso máximo que o veículo transmite ao pavimento, constituído pela soma da tara com a lotação.

Considerando a Resolução CONTRAN n.º 941/2022, que estabelece procedimentos para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, julgue os itens subsequentes.

- 73** A vistoria de identificação veicular pode ser realizada diretamente pelos órgãos executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal ou por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente habilitada.
- 74** Entre os objetivos da vistoria de identificação veicular inclui-se verificar a autenticidade da identificação do veículo e de sua documentação, a legitimidade da propriedade e a existência e funcionalidade dos equipamentos obrigatórios.
- 75** É facultada a emissão do laudo único de vistoria de identificação veicular em meio físico ou eletrônico, cabendo ao órgão de trânsito definir a modalidade utilizada.

Com base nos termos da Resolução CONTRAN n.º 932/2022, que dispõe sobre o Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENINF), julgue os itens que se seguem.

- 76** As quantias provenientes das multas arrecadadas por entidade ou órgão executivo de trânsito responsável pelo licenciamento do veículo, quando aplicadas por órgãos ou entidades de trânsito ou rodoviários de outra unidade da Federação, têm natureza extraorçamentária e caracterizam-se como receita do órgão autuador.
- 77** Quando uma mesma conduta do infrator resultar no cometimento de três infrações distintas, todas deverão constar de um único auto de infração, para evitar duplicidade de registros no RENINF.
- 78** O valor das multas inseridas no RENINF deverá ser integralmente repassado ao órgão autuador, cabendo a este realizar, posteriormente, o recolhimento do percentual destinado ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET) e o pagamento dos custos operacionais dos participantes do processo.

À luz da Resolução CONTRAN n.º 300/2008, que trata da submissão do condutor a novos exames quando condenado por crime de trânsito ou envolvido em acidente grave, julgue os itens seguintes.

- 79** O condutor condenado por delito de trânsito poderá ser submetido a novos exames antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que a decisão judicial tenha determinado a suspensão do direito de dirigir.
- 80** O exame de prática de direção veicular inclui-se entre os exames exigidos de condutor envolvido em acidente grave que poderão ser realizados pelo órgão executivo de trânsito que for responsável pelo prontuário do condutor ou por entidade credenciada.
- 81** No processo administrativo instaurado em razão de envolvimento de condutor em acidente grave, o prazo estabelecido na notificação para apresentação de defesa não poderá ser inferior a trinta dias, contados da data da notificação da instauração do processo.

De acordo com a Resolução CONTRAN n.º 723/2018, que dispõe sobre a uniformização do procedimento administrativo para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), julgue os itens subsequentes.

- 82** Para fins de suspensão do direito de dirigir por pontuação, não serão computados os pontos relativos às infrações que prevejam, por si mesmas, a penalidade de suspensão do direito de dirigir.
- 83** A instauração de processo administrativo para suspensão do direito de dirigir impede, enquanto estiver em tramitação, a renovação do documento de habilitação e a mudança de categoria do condutor.
- 84** Decorrido o período de cassação do documento de habilitação, o condutor estará automaticamente reabilitado para conduzir veículos, independentemente da realização de novos exames.
- 85** O condutor que acumular 40 pontos no período de doze meses estará sujeito à penalidade de suspensão do direito de dirigir por pontuação, independentemente da natureza das infrações que a compoñham.

Julgue os itens subsequentes, acerca da administração de recursos materiais e de patrimônio nas organizações públicas.

- 86** Segundo a classificação XYZ de materiais de estoque, os itens da classe X representam os de baixa criticidade, cuja falta não implica paralisações na prestação de serviços, nem riscos à segurança pessoal, ambiental e patrimonial.
- 87** O inventário físico periódico é usado na realização da contagem pontual e imediata do estoque, quando detectada uma divergência crítica no sistema de registro de dados organizacionais.
- 88** Nas organizações públicas, o objetivo central da administração de recursos materiais é maximizar o seu uso, evitando desperdícios.
- 89** O material permanente em perfeitas condições de funcionamento, mas que não atenda às necessidades da organização por obsolescência tecnológica, é classificado como ocioso.

No que tange à gestão de pessoas, à administração de contratos, à administração orçamentária e financeira e de logística de transporte nas organizações públicas, julgue os itens que se seguem.

- 90** A manutenção preventiva de frota própria consiste na realização de revisões periódicas, tais como troca de óleo, filtros e correias, com base na quilometragem rodada, para evitar falhas graves.
- 91** No planejamento de compras, deve-se considerar a expectativa de consumo anual e observar o tratamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente.
- 92** A avaliação de desempenho baseada em competências deve priorizar os resultados que foram alcançados pelo servidor no passado, permitindo assim auditar o cumprimento de metas anuais da organização.
- 93** Na administração financeira governamental, o empenho representa o momento da entrega física do bem contratado e, conseqüentemente, gera a obrigação imediata de pagamento ao fornecedor.
- 94** O fiscal de contratos administrativos, que atua nas rotinas de monitoramento da execução, tem a competência para autorizar modificações em cláusulas econômicas originais de ajuste.

Acerca da gestão eletrônica de documentos e processos, julgue os itens que se seguem.

- 95** No processo eletrônico, depois do início de sua tramitação no sistema de gestão eletrônica de documentos e processos, o interessado estará impedido de enviar documentos digitais para juntada aos autos.
- 96** Os atos processuais em meio eletrônico consideram-se realizados na data e na hora exatas de seu recebimento eletrônico.
- 97** O documento digitalizado apresentado e enviado por interessados externos na instrução de processo administrativo tem, por padrão, equivalência jurídica automática a documento original.
- 98** Os documentos que integram os processos administrativos eletrônicos deverão ser classificados e avaliados de acordo com o plano de classificação e a tabela de temporalidade e destinação adotados em cada órgão ou entidade.
- 99** A tramitação de um processo para instituição externa resulta no bloqueio temporário do fluxo do processo, impedindo que tenha novas tramitações ou que novos documentos lhe sejam inseridos localmente.

Sobre a coleta e processamento de dados e informações, julgue os itens subsequentes.

- 100** A qualidade dos dados públicos coletados afeta diretamente a eficiência dos serviços prestados ao cidadão e a alocação dos recursos do orçamento público.
- 101** Com o aparecimento do *Big Data* e da Inteligência Artificial na gestão pública, a fase de coleta e a utilização de registros administrativos perderam relevância no ciclo de formulação e avaliação de políticas públicas.
- 102** A coleta de dados em órgãos públicos enfrenta desafios de integração, pois é comum que diferentes setores utilizem sistemas isolados que não interajam.
- 103** O objetivo precípua da coleta de dados no setor público é o arquivamento de documentos de modo que estejam disponíveis para fiscalizações de órgãos de controle.

Espaço livre

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com a Lei n.º 9.784/1999.

- 104** Um candidato teve indeferido seu requerimento de credenciamento junto ao DETRAN e teve ciência formal dessa decisão em determinada data; nove dias após tomar conhecimento, e não havendo previsão legal de prazo diverso para o caso, ele interpôs recurso administrativo. Nessa situação, estarão sendo respeitadas as exigências legais com relação ao recurso e ao prazo geral de sua interposição, se o recurso for recebido pela autoridade competente sem exigência de depósito prévio ou caução e sem que a decisão recorrida tenha sua execução automaticamente suspensa em razão da interposição do recurso.
- 105** Durante o curso de um processo administrativo, o interessado informou que os documentos comprobatórios de suas alegações estavam arquivados em outro órgão da própria administração pública. Nesse caso, a autoridade responsável pela instrução deve determinar que o próprio interessado diligencie junto ao órgão detentor, para obter os documentos ou suas respectivas cópias, sob pena de arquivamento do processo em caso de não atendimento.
- 106** Determinada associação de moradores pleiteou, sem ter formulado o respectivo requerimento inicial, sua admissão como interessada em processo administrativo instaurado no DETRAN, a fim de tratar da instalação de posto de atendimento em seu bairro, pois a decisão a ser proferida poderia afetar direitos e interesses coletivos da comunidade que a associação representa. Nessa situação hipotética, a associação pode ser reconhecida como parte interessada no processo administrativo.
- 107** Suponha que um servidor tenha sido designado para atuar na instrução de processo administrativo no qual figura como interessado seu tio, parente em linha colateral de terceiro grau. Nesse caso, diante dessa relação de parentesco, o servidor deve comunicar o fato à autoridade competente e abster-se de atuar no feito, visto que a omissão desse dever de comunicação é tratada pela lei como grave falta funcional.
- 108** O diretor de determinado órgão da administração pública estadual elaborou minuta de ato, delegando parte de sua competência técnica a setor de órgão distinto e sem subordinação, sob a justificativa de que a medida se mostraria conveniente em razão da especialização técnica do setor delegado. Nessa situação hipotética, a pretendida delegação seria inválida, uma vez que o instituto da delegação está condicionado legalmente à existência de vinculação hierárquica entre delegante e delegado.

No que concerne ao processo administrativo no âmbito da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 109** Se a administração pública tiver, há 8 anos, publicado um ato que tenha concedido indevidamente benefício de efeitos patrimoniais contínuos a servidor, sem que houvesse qualquer indício de má-fé por parte do beneficiado, então o ato poderá ser anulado, transcorridos os 8 anos, respeitando-se o prazo decadencial para essa hipótese.
- 110** Suponha que a autoridade competente tenha decidido um recurso administrativo interposto contra penalidade aplicada a determinada entidade credenciada junto ao DETRAN, e, em outro processo, declarado a inexigibilidade de licitação para contratação emergencial de serviços. Nessa situação, a autoridade competente deve fazer constar, em ambos os atos, a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que os embasaram, por se tratar de hipóteses legais em que a motivação do ato administrativo é exigida.
- 111** Se, em determinado processo administrativo, for requerida a juntada de gravação obtida por meio de interceptação clandestina de conversa alheia como prova nos autos, então a autoridade responsável pela instrução deverá indeferir o requerimento, sob o argumento de que o meio de obtenção da prova era ilícito.
- 112** Se, em um processo administrativo em que os interessados são indeterminados e seus domicílios desconhecidos, a autoridade responsável decidir promover a intimação por meio de carta registrada acompanhada do respectivo aviso de recebimento, então estará sendo observada a forma de intimação exigida por lei.

No que diz respeito a relações humanas, comunicação, trabalho em equipe, desenvolvimento organizacional e atendimento ao público, julgue os itens a seguir.

- 113** De acordo com a teoria de campo de Kurt Lewin, mudanças organizacionais sustentáveis dependem essencialmente da introdução de novas normas e procedimentos formais.
- 114** A comunicação organizacional eficaz depende exclusivamente da clareza da mensagem transmitida pelo emissor.
- 115** No atendimento ao público, a percepção de qualidade do serviço depende apenas da resolução objetiva da demanda apresentada pelo usuário.
- 116** A ausência de conflitos entre os membros de uma equipe é um indicador suficiente de elevado grau de integração e maturidade grupal.
- 117** Segundo a perspectiva das relações humanas, fatores sociais e o sentimento de pertencimento social podem influenciar a produtividade, independentemente das condições físicas de trabalho.
- 118** O *feedback* é considerado um mecanismo fundamental para a correção de ajustes e para aperfeiçoar a compreensão mútua nos processos de comunicação.
- 119** Segundo os modelos de desenvolvimento organizacional, a participação dos membros da organização tende a favorecer a aceitação e a sustentabilidade dos processos de mudança.
- 120** Em equipes interdependentes, a especialização excessiva das atividades tende, em regra, a aumentar a cooperação entre os membros.

Espaço livre